



INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

PARTE A – PREÂMBULO

I. Regência legal:

Lei Estadual nº 9.433/05, conforme a Lei nº 9.658/05, Lei Complementar nº 123/06 e legislação pertinente.

II. Órgão/entidade e setor:

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB / Prefeitura de Campus - PCU

III. Número de ordem:

(X) Convite

nº 002/2010

IV. Tipo de licitação:

(X) Menor Preço

() Por item

() Por lote

(x) Global

V. Finalidade da licitação/objeto:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA JURÍDICA (Instalação de aparelhos de ar condicionado tipo split com fornecimento de materiais e acessórios), conforme especificações, quantidades e condições constantes do Anexo I - Proposta de Preços.

VI. Processo Administrativo nº :

VII. Pressupostos para participação (apresentação facultativa ou obrigatória do CRC/CRS):

(X) Somente serão admitidas a participar desta licitação as empresas que portem Certificado de Registro Cadastral - CRC, emitido pela Secretaria da Administração do Estado da Bahia – SAEB, ou que provem perante a comissão, na data da abertura da licitação, que atendem a todas as condições exigidas no edital para habilitação, observada a necessária qualificação e as demais exigências contidas neste Instrumento. (Convite)

VIII. Forma de fornecimento:

Prestação () única

do serviço (X) parcelada

IX. Prazo do contrato:

(X) O prazo de vigência do contrato, a contar da data da sua assinatura, será de 06 (SEIS) meses, admitindo-se a sua prorrogação nos termos dos arts. 141 e 142 da Lei Estadual 9.433/05.

(X) O prazo de execução do serviço será 30 (QUINZE) dias.

X. Abertura, local, data e horário para início da sessão pública da licitação:

Endereço: **GERÊNCIA ADMINISTRATIVA – GAD /COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – COPEL / Estrada do Bem Querer, Km 04, Caixa Postal 95 – CEP.: 45083-900, Vitória da Conquista – BA.**

Data: 01/03/2010

Horário:

10:00 hs

XI. Dotação orçamentária:

Unidade Gestora:

3.11.620

Fonte:

60

Projeto/Atividade:

3760

Elemento de despesa:

44.90.51

XII. Para a habilitação dos interessados, exigir-se-ão os documentos relativos a:

XII-1. Habilitação jurídica, comprovada mediante a apresentação:

- de registro público no caso de empresário individual.
- em se tratando de sociedades empresárias, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados, quando for o caso, dos documentos societários comprobatórios de eleição ou designação e investidura dos atuais administradores.
- no caso de sociedades simples, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados dos atos comprobatórios de eleição e investidura dos atuais administradores.
- decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



XII-2. Regularidade fiscal, mediante a apresentação de:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante.
- d) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, inclusive INSS, nos termos do Decreto Federal nº 5.586, de 19 de novembro de 2005.
- e) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF.

XII-2.1. A prova da inscrição a que se referem os itens “a” e “b” será suprida com a apresentação das certidões a que se referem os itens “c” e “d”, respectivamente, se estas contiverem o número de inscrição da licitante.

XII-2.2 As microempresas e empresas de pequeno porte, beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

XII-2.2.1 Nesta hipótese, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

XII-2.2.2 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Estadual nº 9.433/05, especialmente a definida no art. 192, inc. I.

XII-3. Qualificação Técnica, comprovada através de:

- a) comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- b) declaração do licitante de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme modelo constante do **Anexo V**.

XII-4. Qualificação econômico-financeira:

- (x) não exigível em face do pequeno porte da contratação (na modalidade convite e pregão nesta faixa de valor).

XII-5. Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor

Conforme o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para os fins do disposto no inciso V do art. 98 da Lei Estadual nº 9.433/05, deverá ser apresentada declaração quanto ao trabalho do menor, conforme modelo constante do **Anexo III** deste Instrumento.

XIII. Codificação no Certificado de Registro – SAEB:

08.36

XIV. Documentos passíveis de substituição pelo extrato do Certificado de Registro:

- (x) A licitação se processa **com** a utilização do **SIMPAS**:
 - (x) À opção do licitante, o Certificado de Registro Cadastral-CRC, dentro do prazo de validade, poderá substituir os documentos relativos à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal, à Qualificação Econômico-Financeira e à Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor, desde que colocado junto aos demais documentos de habilitação, ficando esclarecido que, caso exista algum documento vencido, o licitante deverá apresentar a versão atualizada do referido documento junto com os demais documentos de habilitação.
- () A licitação se processa **sem** a utilização do **SIMPAS**:
 - () À opção do licitante, o Certificado de Registro Cadastral-CRC, poderá substituir os documentos do item XII-1 deste preâmbulo referentes à Habilitação Jurídica; os mencionados nas alíneas “a” e “b” do item XII-2 do preâmbulo, concernentes à Regularidade Fiscal; o referido na alínea “a” do item XII-4 do preâmbulo, relativo à Qualificação Econômico-Financeira; e a Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor, desde que colocado junto aos demais documentos de habilitação, ficando esclarecido que, caso exista algum documento vencido, o licitante deverá apresentar a versão atualizada do referido documento junto com os demais documentos de habilitação.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – COPEL PORTARIA N.º 1331/2009 de 12 de Agosto de 2009

XV. Garantia do contrato:

-) Não exigível
) Por ocasião da assinatura do contrato, a empresa vencedora do certame deverá prestar garantia de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo optar por uma das modalidades previstas no §1º do art. 136 da Lei Estadual nº 9.433/05, ficando esclarecido que a garantia deverá ter seu valor atualizado nas mesmas condições do contrato.

XVI. Local, horário e responsável pelos esclarecimentos sobre este instrumento:

Servidor responsável
e portaria de designação:

ALLEN KRYSTHIANO SARAIVA FIGUEIREDO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – COPEL
PORTARIA N.º 1331/2010 de 12 de Agosto de 2009

Endereço: Estrada do Bem Querer, Km 04, Caixa Postal 95 – CEP.: 45083-900, Vitória da Conquista – BA.

Horário: 13:30 às 18:30 h Tel.: (77) 3425 - 9398 Fax: (77) 3424 - 1045 E-mail: copeluesb@gmail.com

XVII. Índice de anexos:

-) I. Modelo de Proposta de Preços (Planilha de Preços);
) II. Modelo de Procuração para a Prática de Atos Concernentes ao Certame;
) III. Modelo de Declaração da Proteção ao Trabalho do Menor;
) IV. Minuta de Contrato;
) V. Modelo de Declaração de Conhecimento e Enquadramento;

PARTE B – DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS DESTE CERTAME

1. TERMO DE REFERÊNCIA:

1.1 Este Termo de Referência tem por objetivo a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Instalação de aparelhos de ar condicionado tipo split (unidade condensadora, unidade evaporadora, rede frigorígena, rede elétrica e rede de drenagem) com o eventual fornecimento de material (peças e acessórios, quando não fornecidos juntamente com o aparelho pelo Fabricante).

PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

- a) O prazo de instalação dos equipamentos deverá ser de no máximo 30 (quinze) dias.
b) O prazo de vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias.

1.2 GARANTIA:

- a) Mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de instalação;
b) A garantia do produto é de responsabilidade do fornecedor e/ou fabricante que forneceu os produtos, e tem validade mínima de 01 (um) ano.
c) Durante o período de vigência da garantia do aparelho, em caso de defeito detectado pela fabricante no mesmo como sendo fruto de instalação defeituosa ou viciada, a empresa que efetuou a prestação de serviço deverá arcar com o conserto do equipamento.

1.3 TIPOS DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO E QUANTIDADE A SEREM INSTALADAS

LOTE 001 – APARELHOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 12.000 BTU/h

marca: Komeco/Elite Star Kos 12 FC

- a) Quant. a ser instalada no campus de Vitória da Conquista: 06 unidades



b) Quant. a ser instalada no campus de Jequié: 04 unidades

c) Quant. a ser instalada no campus de Itapetinga: 02 unidades

Quant. Total: 12 unidades

ITEM	DESCRIÇÃO – materiais e acessórios para ar condicionado tipo split 12.000 btu/h	TIPO MAT./Serv.	UF	QTD.	PRAZO EXECUÇÃO
01	Suporte para unidade evaporadora	Material consumo	Und	01	30 dias
02	Suporte para unidade condensadora	Material consumo	Und	01	30 dias
03	Kit de Parafusos com buchas para fixação dos suportes das unidades evaporadora e condensadora	Material consumo	Kit	01	30 dias
04	Tubo de cobre flexível	Material consumo	Mts	01	30 dias
05	Curva de cobre flexível (compatível com o tubo de cobre)	Material consumo	Und	01	30 dias
06	Tubo esponjoso para isolamento térmico da tubulação de cobre	Material consumo	Mts	01	30 dias
07	Fita adesiva multiuso tipo silvertape nas cores preta ou prata em rolos de 48mm x 5mts	Material consumo	Rolo	01	30 dias
08	Mangueira de dreno	Material consumo	Und	01	30 dias
09	Mão-de-Obra de instalação	Serviço	Und	01	30 dias

LOTE 002 – APARELHOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 18.000 BTU/h

marca: Komeco/Elite Star Kos 18 FC

d) Quant. a ser instalada no campus de Vitória da Conquista: 30 unidades

e) Quant. a ser instalada no campus de Jequié: -

f) Quant. a ser instalada no campus de Itapetinga: -

Quant. Total: 30 unidades

ITEM	DESCRIÇÃO – materiais e acessórios para ar condicionado tipo split 18.000 btu/h	TIPO MAT./Serv.	UF	QTD.	PRAZO EXECUÇÃO
10	Suporte para unidade evaporadora	Material consumo	Und	01	30 dias
11	Suporte para unidade condensadora	Material consumo	Und	01	30 dias
12	Kit de Parafusos com buchas para fixação dos suportes das unidades evaporadora e condensadora	Material consumo	Kit	01	30 dias
13	Tubo de cobre flexível	Material consumo	Mts	01	30 dias
14	Curva de cobre flexível (compatível com o tubo de cobre)	Material consumo	Und	01	30 dias
15	Tubo esponjoso para isolamento térmico da tubulação de cobre	Material consumo	Mts	01	30 dias
16	Fita adesiva multiuso tipo silvertape nas cores preta ou prata em rolos de 48mm x 5mts	Material consumo	Rolo	01	30 dias
17	Mangueira de dreno	Material consumo	Und	01	30 dias



18	Mão-de-Obra de instalação	Serviço	Und	01	30 dias
----	---------------------------	---------	-----	----	---------

LOTE 003 – APARELHOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 24.000 BTU/h

marca: Electrolux PI/PE24F

- g) Quant. a ser instalada no campus de Vitória da Conquista: 18 unidades
- h) Quant. a ser instalada no campus de Jequié: 18 unidades
- i) Quant. a ser instalada no campus de Itapetinga: 04 unidades

Quant. Total: 40 unidades

ITEM	DESCRIÇÃO – materiais e acessórios para ar condicionado tipo split 24.000 btu/h	TIPO MAT./Serv.	UF	QTD.	PRAZO EXECUÇÃO
19	Suporte para unidade evaporadora	Material consumo	Und	01	30 dias
20	Suporte para unidade condensadora	Material consumo	Und	01	30 dias
21	Kit de Parafusos com buchas para fixação dos suportes das unidades evaporadora e condensadora	Material consumo	Kit	01	30 dias
22	Tubo de cobre flexível	Material consumo	Mts	01	30 dias
23	Curva de cobre flexível (compatível com o tubo de cobre)	Material consumo	Und	01	30 dias
24	Tubo esponjoso para isolamento térmico da tubulação de cobre	Material consumo	Mts	01	30 dias
25	Fita adesiva multiuso tipo silvertape nas cores preta ou prata em rolos de 48mm x 5mts	Material consumo	Rolo	01	30 dias
26	Mangueira de dreno	Material consumo	Und	01	30 dias
27	Mão-de-Obra de instalação	Serviço	Und	01	30 dias

LOTE 004 – APARELHOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 30.000 BTU/h

marca: Komeco/Elite Star Kos 30 FC

- j) Quant. a ser instalada no campus de Vitória da Conquista: 04 unidades
- k) Quant. a ser instalada no campus de Jequié: -
- l) Quant. a ser instalada no campus de Itapetinga: -

Quant. Total: 04 unidades

ITEM	DESCRIÇÃO – materiais e acessórios para ar condicionado tipo split 30.000 btu/h	TIPO MAT./Serv.	UF	QTD.	PRAZO EXECUÇÃO
28	Suporte para unidade evaporadora	Material consumo	Und	01	30 dias
29	Suporte para unidade condensadora	Material consumo	Und	01	30 dias
30	Kit de Parafusos com buchas para fixação dos suportes das unidades evaporadora e condensadora	Material consumo	Kit	01	30 dias



31	Tubo de cobre flexível	Material consumo	Mts	01	30 dias
32	Curva de cobre flexível (compatível com o tubo de cobre)	Material consumo	Und	01	30 dias
33	Tubo esponjoso para isolamento térmico da tubulação de cobre	Material consumo	Mts	01	30 dias
34	Fita adesiva multiuso tipo silvertape nas cores preta ou prata em rolos de 48mm x 5mts	Material consumo	Rolo	01	30 dias
35	Mangueira de dreno	Material consumo	Und	01	30 dias
36	Mão-de-Obra de instalação	Serviço	Und	01	30 dias

LOTE 005 – APARELHOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 36.000 BTU/h

marca: Eletrolux/CFI36-CFE36

m) Quant. a ser instalada no campus de Vitória da Conquista: 02 unidades

n) Quant. a ser instalada no campus de Jequié: 03 unidades

o) Quant. a ser instalada no campus de Itapetinga: 01 unidade

Quant. Total: 06 unidades

ITEM	DESCRIÇÃO – materiais e acessórios para ar condicionado tipo split 36.000 btu/h	TIPO MAT./Serv.	UF	QTD.	PRAZO EXECUÇÃO
37	Suporte para unidade evaporadora	Material consumo	Und	01	30 dias
38	Suporte para unidade condensadora	Material consumo	Und	01	30 dias
39	Kit de Parafusos com buchas para fixação dos suportes das unidades evaporadora e condensadora	Material consumo	Kit	01	30 dias
40	Tubo de cobre flexível	Material consumo	Mts	01	30 dias
41	Curva de cobre flexível (compatível com o tubo de cobre)	Material consumo	Und	01	30 dias
42	Tubo esponjoso para isolamento térmico da tubulação de cobre	Material consumo	Mts	01	30 dias
43	Fita adesiva multiuso tipo silvertape nas cores preta ou prata em rolos de 48mm x 5mts	Material consumo	Rolo	01	30 dias
44	Mangueira de dreno	Material consumo	Und	01	30 dias
45	Mão-de-Obra de instalação	Serviço	Und	01	30 dias

LOTE 006 – APARELHOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 48.000 BTU/h

marca: Komeco/Elite Star Kos48 FCUE2

p) Quant. a ser instalada no campus de Vitória da Conquista: 16 unidades

q) Quant. a ser instalada no campus de Jequié: -

r) Quant. a ser instalada no campus de Itapetinga: -

Quant. Total: 16 unidades

ITEM	DESCRIÇÃO – materiais e acessórios para ar	TIPO	UF	QTD.	PRAZO
------	--	------	----	------	-------



	condicionado tipo split 48.000 btu/h	MAT./Serv.			EXECUÇÃO
46	Suporte para unidade evaporadora	Material consumo	Und	01	30 dias
47	Suporte para unidade condensadora	Material consumo	Und	01	30 dias
48	Kit de Parafusos com buchas para fixação dos suportes das unidades evaporadora e condensadora	Material consumo	Kit	01	30 dias
49	Tubo de cobre flexível	Material consumo	Mts	01	30 dias
50	Curva de cobre flexível (compatível com o tubo de cobre)	Material consumo	Und	01	30 dias
51	Tubo esponjoso para isolamento térmico da tubulação de cobre	Material consumo	Mts	01	30 dias
52	Fita adesiva multiuso tipo silvertape nas cores preta ou prata em rolos de 48mm x 5mts	Material consumo	Rolo	01	30 dias
53	Mangueira de dreno	Material consumo	Und	01	30 dias
54	Mão-de-Obra de instalação	Serviço	Und	01	30 dias

1.4 FORNECIMENTO DE MATERIAL (ACESSÓRIOS, SUPORTE, TUBULAÇÕES, ETC)

- O fornecimento dos materiais necessários à perfeita instalação dos equipamentos, somente serão realizados quando necessários e após autorização das Prefeituras de Campus, responsáveis pela fiscalização e acompanhamento da execução dos serviços.
- Em razão da variação, entre os Fabricantes, dos acessórios que acompanham o produto, os Licitantes deverão cotar o valor unitário de cada item necessário à instalação dos equipamentos. Todavia, somente serão fornecidos pela CONTRATADA os materiais necessários à instalação e que não foram fornecidos juntamente com o aparelho.
- Quando da instalação dos equipamentos as Prefeituras de Campi irão definir, juntamente com a CONTRATADA, quais acessórios e quantidades que serão fornecidos para instalação de cada aparelho.

1.5 RELATÓRIO DE INSTALAÇÃO

- A CONTRATADA deverá emitir relatório final detalhando os serviços prestados e os materiais fornecidos por cada aparelho, com o aceite e atesto das Prefeituras de Campus.

1.7 OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

- Possuir e utilizar ferramental, instrumental, bancadas e equipamentos apropriados para execução dos serviços;
- Possuir pessoal treinado e habilitado para a execução dos serviços;
- Executar os serviços dentro das normas estabelecidas pelos Fabricantes dos Equipamentos, visando assegurar a garantia dos produtos;
- Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Universidade (equipamentos, instalações, etc.) por seus funcionários, desde que comprovada sua responsabilidade durante a execução dos serviços.
- Atender e repassar, tempestivamente, através de seu preposto/responsável técnico e/ou administrativos, a comunicação das solicitações da Universidade.

2. DETERMINAÇÕES ADICIONAIS:

Além das determinações contidas na **PARTE C – DISPOSIÇÕES GERAIS**, bem como daquelas decorrentes de lei, deverão ser observados os seguintes itens neste instrumento convocatório:



2.1 É vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da contratada, não se responsabilizando o contratante por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

2.2 Os serviços objeto desta licitação deverão ser executados por empregados da contratada, sob a inteira responsabilidade funcional e operacional desta, mediante vínculo de subordinação dos trabalhadores para com a empresa contratada, sobre os quais manterá estrita e exclusiva fiscalização.

2.3 O contratante descontará da fatura mensal o valor correspondente às faltas ou atrasos na execução dos serviços ocorridos no mês, com base no valor do preço vigente.

2.4 As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos impostos relacionados com a prestação do serviço, no mês anterior à realização dos serviços.

2.5 Os serviços não poderão sofrer solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência.

3. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS ESPECÍFICAS:

A contratação com o licitante vencedor obedecerá as condições do instrumento de contrato constante do **Anexo IV**, facultada a substituição, a critério da Administração, por instrumento equivalente, desde que presentes as condições do art. 132 da Lei Estadual nº 9.433/05.

PARTE C – DISPOSIÇÕES GERAIS

1. OBJETO

1.1 O presente procedimento tem por escopo o objeto descrito na **PARTE A - PREÂMBULO**, no qual se encontram prescritas, entre outras informações: o órgão/entidade licitante, a modalidade licitatória, o tipo de licitação, os pressupostos de participação, o regime de execução ou forma de fornecimento, o prazo do contrato, o local, data e horário para início da sessão pública, a dotação orçamentária, os requisitos de habilitação.

1.2 As especificações, quantitativos e condições da licitação estão descritas na **PARTE B – DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS**, deste Instrumento.

1.3 São partes indissociáveis deste instrumento os anexos descritos na **PARTE A – PREÂMBULO**.

2. PRESSUPOSTOS PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 Os pressupostos para participação nesta licitação estão indicados no **item VII do preâmbulo**.

2.2 O Certificado de Registro, quando exigível, deverá conter a codificação especificada no **item XIII do preâmbulo**.

2.3 Não serão admitidas empresas em consórcio, nem as que estejam suspensas temporariamente de participar e de licitar com a Administração Pública ou as declaradas inidôneas, na forma dos incisos II e III do art. 186 da Lei Estadual nº 9.433/95.

2.4 Em consonância com o art. 200 da Lei Estadual nº 9.433/95, fica impedida de participar desta licitação e de contratar com a Administração Pública a pessoa jurídica constituída por membros de sociedade que, em data anterior à sua criação, haja sofrido penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração ou tenha sido declarada inidônea para licitar e contratar e que tenha objeto similar ao da empresa punida.

2.5 É vedado ao agente político e ao servidor público de qualquer categoria, natureza ou condição, celebrar contratos com a Administração direta ou indireta, por si ou como representante de terceiro, sob pena de nulidade, ressalvadas as exceções legais, conforme o art. 125 da Lei Estadual nº 9.433/95.

2.6 É defeso ao servidor público transacionar com o Estado quando participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil ou exercer comércio, na forma do inc. XI do art. 176 da Lei Estadual nº 6.677/94.

2.7 Consoante o art. 18 da Lei Estadual nº 9.433/05, não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação, da execução de obras ou serviços e do fornecimento de bens a eles necessários os demais agentes públicos, assim definidos no art. 207 do mesmo diploma, impedidos de contratar com a Administração Pública por vedação constitucional ou legal.

3. REGÊNCIA LEGAL DA LICITAÇÃO



Esta licitação obedecerá, integralmente, as disposições da Lei Estadual nº 9.433/05, alterada pela Lei Estadual nº 9.658/05, a Lei Complementar nº 123/06 e a Lei Federal nº 8.666/93, no que for pertinente.

4. CREDENCIAMENTO

4.1 Reputa-se credenciada a pessoa física regularmente designada para representar a licitante no processo licitatório.

4.2 O credenciamento de sócios far-se-á através da apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, e no caso das sociedades por ações, acompanhado do documento de eleição e posse dos administradores.

4.3 O credenciamento de mandatários far-se-á mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular que contenha, preferencialmente, o conteúdo constante do modelo do **ANEXO II**, devendo ser exibida, no caso de procuração particular, a prova da legitimidade de quem outorgou os poderes.

4.4 Cada licitante poderá credenciar apenas um representante, ficando este adstrito a apenas uma representação.

4.5 Os documentos referidos nos itens anteriores poderão ser apresentados em original, cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original, para que possa ser autenticada.

5. PROPOSTAS DE PREÇO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 QUANTO À FORMA E VALIDADE

5.1.1 Os documentos da proposta de preços e da habilitação deverão estar dispostos ordenadamente, contidos em 02 (dois) envelopes distintos, lacrados, indevassados, os quais deverão estar rubricados pelo representante legal da empresa, ou por seu mandatário, devendo ser identificados no anverso a razão social da empresa, os **Itens de II a VI do preâmbulo**, além da expressão, conforme o caso, **Envelope A – Proposta de Preços**, ou **Envelope B – Habilitação**.

5.1.2 A proposta de preços deverá estar em original, datilografada ou digitada apenas no anverso, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas, datada e assinada pelo representante legal da licitante, ou por seu mandatário, sendo necessária, nesta última hipótese, a juntada da procuração que contemple expressamente este poder.

5.1.3 Os documentos relativos à habilitação deverão ser apresentados em original, cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original, para que possam ser autenticados.

5.1.4 As certidões extraídas pela *internet* somente terão validade se confirmada sua autenticidade.

5.2 CERTIFICADO DE REGISTRO

A apresentação do Certificado de Registro, expedido pela Secretaria da Administração do Estado da Bahia/SAEB, quando exigível, observará as estipulações constantes do **item XIV do preâmbulo**.

5.3 PROPOSTA DE PREÇOS

5.3.1 O proponente deverá elaborar a sua proposta de preços de acordo com as exigências constantes da **PARTE B – DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS**, em consonância com o modelo do **Anexo I**, expressando os valores em moeda nacional – reais e centavos, em duas casas decimais, ficando esclarecido que não serão admitidas propostas alternativas.

5.3.2 Ocorrendo divergência entre o preço por item em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta este último.

5.3.3 A proposta apresentada deverá incluir todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da contratada, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela contratada das obrigações.



5.3.4 Os preços cotados deverão ser referidos à data de recebimento das propostas, considerando a condição de pagamento à vista, não devendo, por isso, computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas.

5.3.5 A proposta de preços terá prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data fixada no **item X do preâmbulo** para início da sessão pública, facultado, porém, aos proponentes estender tal validade por prazo superior.

5.3.6 Não será permitida previsão de sinal, ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento na formulação das propostas, devendo ser desclassificada, de imediato, a proponente que assim o fizer.

5.3.7 Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste instrumento, nem propostas com preço global ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

5.3.8 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às condições e exigências deste Instrumento ou que consignarem valor global superior aos praticados no mercado ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

5.3.9 A formulação da proposta implica para o proponente a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, tornando-o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

5.4 HABILITAÇÃO

Para a habilitação dos interessados na licitação, exigir-se-ão, exclusivamente, os documentos mencionados no **item XII do preâmbulo**.

6. PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

6.1 FASE INICIAL

6.1.1 A sessão pública de abertura das propostas terá início no dia, hora e local designados no **item X do preâmbulo**, devendo o representante da licitante efetuar o seu credenciamento, comprovando que possui os necessários poderes para a prática dos atos inerentes ao certame.

6.1.2 Concluída a fase de credenciamento, os licitantes entregarão o **Envelope A - Propostas de Preços**, e o **Envelope B – Habilitação, além da Declaração de Pleno Conhecimento e Enquadramento**, conforme o modelo constante do **Anexo V**.

6.1.3 Iniciada a sessão de abertura das propostas, não mais cabe a desistência do licitante, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela comissão.

6.1.4 A abertura dos envelopes relativos aos documentos das propostas e de habilitação será realizada sempre em ato público, previamente designado, do qual se lavrará ata circunstanciada assinada pelos licitantes e pela comissão ou servidor responsável.

6.1.5 Todos os documentos contidos nos envelopes serão rubricados pelos licitantes presentes e pela Comissão.

6.2 ABERTURA DOS ENVELOPES

6.2.1 ABERTURA DOS ENVELOPES **A** – PROPOSTA DE PREÇOS

6.2.1.1 O presidente da comissão fará, primeiramente, a abertura dos Envelopes A – Proposta de Preços, e verificará a conformidade e compatibilidade de cada proposta com os requisitos e especificações do instrumento convocatório, com os preços correntes no mercado ou fixados pela Administração ou por órgão oficial



competente ou, ainda, com os constantes do sistema de registro de preços, quando houver, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis.

6.2.1.1.1 Havendo necessidade de apresentação de demonstração de compatibilidade ou amostras, o presidente da comissão fixará prazo para sua realização, devendo ser notificados todos os participantes, ficando esclarecido que a desconformidade e incompatibilidade da amostra com os requisitos e especificações do instrumento convocatório implicará na desclassificação da proposta e que a não apresentação será reputada desistência, com as conseqüências estabelecidas em lei.

6.2.1.2 A Comissão julgará e classificará as propostas, de acordo com os critérios de avaliação constantes deste ato convocatório, franqueando a palavra para que os licitantes registrem em ata seus protestos ou impugnações que entenderem cabíveis, podendo ser apreciados e decididos de imediato, salvo quando envolverem aspectos que exijam análise mais apurada.

6.2.1.3 Se houver impugnação ou protesto por recurso, permanecerão fechados os envelopes de Habilitação, sendo devidamente rubricados por todos os presentes, para serem posteriormente recolhidos e guardados em poder da Comissão, até a designação de nova data para a abertura.

6.2.1.4 Não havendo registro de protesto ou impugnação e desde que haja declaração expressa consignada em ata de renúncia a recurso ou a apresentação do termo de renúncia de todos os participantes, a Comissão prosseguirá no andamento dos trabalhos, procedendo à devolução dos envelopes fechados aos concorrentes desclassificados, contendo a respectiva documentação de habilitação, e procedendo à abertura dos envelopes "B" – HABILITAÇÃO - das empresas classificadas com os três menores preços.

6.2.2 ABERTURA DOS ENVELOPES B – HABILITAÇÃO

6.2.2.1 A Comissão de Licitação conferirá e examinará os documentos de habilitação bem como a autenticidade dos mesmos. Caso o procedimento se processe mediante a utilização do Sistema Integrado de Material, Patrimônio e Serviços – SIMPAS, a Comissão de Licitação emitirá, de logo, extrato do licitante possuidor do Certificado de Registro e conferirá a regularidade da documentação exigida neste instrumento.

6.2.2.2 A empresa que deixar de apresentar a documentação de Habilitação exigida será inabilitada.

6.2.2.1 A existência de restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte beneficiárias do regime diferenciado e favorecido da Lei Complementar nº 123/06 não implica a inabilitação automática da licitante.

6.2.2.3 A Comissão deliberará sobre a habilitação dos três primeiros classificados, franqueando a palavra uma vez mais aos participantes para que registrem em ata os protestos ou impugnações que entenderem cabíveis, podendo ser apreciados e decididos de imediato, salvo quando envolverem aspectos que exijam análise mais apurada.

6.2.2.4 Não havendo registro de protesto ou impugnação e desde que haja declaração expressa consignada em ata de renúncia a recurso ou a apresentação do termo de renúncia de todos os participantes, a Comissão procederá à convocação, se for o caso, de tantos licitantes classificados quantos forem os inabilitados no julgamento previsto no item anterior.

6.2.2.5 Nos termos do § 3º do art. 97 da Lei Estadual nº 9.433/05, se todas as propostas forem desclassificadas ou todos os licitantes classificados forem inabilitados, poderá a Administração fixar um prazo de 08 (oito) dias úteis aos licitantes para apresentação de nova proposta ou nova documentação, após sanadas as causas que motivaram a desclassificação ou inabilitação.

6.3 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.3.1 Será adjudicado o objeto da licitação à empresa cuja proposta tenha o menor preço, em conformidade com o tipo de licitação definido **no item IV do preâmbulo**, desde que atenda a todos os requisitos exigidos para o pleno atendimento às condições deste Instrumento.



6.3.2 Em caso de empate, real ou ficto, será assegurada, nos termos da Lei complementar nº 123/06, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte beneficiárias do regime diferenciado e favorecido, nos termos que se seguem:

6.3.2.1 Entendem-se por *empate ficto* as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada, e *empate real* as que sejam iguais.

6.3.2.2 Em qualquer destas hipóteses, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

6.3.2.3 No caso de as microempresas e empresas de pequeno porte apresentarem preços iguais, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.3.3 Ocorrendo empate real de propostas formuladas por licitantes que não detenham a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, será observado o disposto no §2º do art. 3º da Lei Estadual nº 9.433/05, procedendo-se, sucessivamente, a sorteio, em ato público, para o qual os licitantes serão convocados, através de aviso publicado no D.O.E., vedado qualquer outro critério de desempate.

6.3.4 Sempre que houver sorteio deverá ser lavrada ata específica.

7. RECURSOS

O regramento dos recursos observará o disposto no Capítulo XII da Lei Estadual nº 9.433/05.

8. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

8.1 Após classificadas as propostas e concluída a fase de habilitação, a autoridade superior competente examinará as vantagens da proposta vencedora, em relação aos objetivos de interesse público colimados pela licitação, homologará o procedimento licitatório e adjudicará o objeto contratual ao licitante vencedor, em despacho circunstanciado.

8.2 Quando à licitação acudir apenas um interessado, poderá ser homologada a licitação e com este celebrado o contrato, desde que esteja comprovado nos autos que o preço proposto é compatível com o de mercado e sejam satisfeitas todas as exigências legais e regulamentares, bem como as especificações do ato convocatório.

8.3 A homologação e a adjudicação do objeto desta licitação não implicará direito à contratação.

9. CONTRATAÇÃO

9.1 O adjudicatário será convocado a assinar o termo de contrato, ou instrumento equivalente, se for o caso, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no inciso I do art. 192 da Lei Estadual 9.433/05, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.

9.1.1 Às microempresas e empresas de pequeno porte beneficiárias do regime diferenciado e favorecido da Lei Complementar nº 123/06, que se saírem vencedoras do certame e que contem com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.1.2 A não-regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Estadual nº 9.433/05, especialmente a definida no art. 192, inc. I, sendo facultado à



Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, assegurando-se às microempresas e empresas de pequeno porte em situação de empate o exercício do direito de preferência.

9.1.3 Na hipótese da não-contratação da microempresas e empresas de pequeno porte, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9.2 Como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter todas as condições de habilitação.

9.3 Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pelo licitante, das condições de habilitação, procedendo à contratação.

9.4 A assinatura do contrato deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou mandatário com poderes expressos.

9.5 A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do §1º do art. 143 da Lei Estadual nº 9.433/05.

9.6 As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

9.7 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, quando for o caso, as atualizações, compensações ou apenações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1 Em consonância com o §5º do art. 6º, combinado com a letra "a" do inc. XI do art. 79 da Lei 9.433/05, os pagamentos devidos à contratada serão efetuados através de ordem bancária ou crédito em conta corrente, no prazo não superior a 08 (oito) dias, contados da data de verificação do adimplemento de cada parcela, o que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias.

10.1.1 As situações a que alude o art. 228-B do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto Estadual nº 6.284/97, sujeitar-se-ão, nas hipóteses previstas, à emissão de nota fiscal eletrônica.

10.2 Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, o prazo fluirá a partir de sua regularização por parte da contratada.

10.3 A atualização monetária dos pagamentos devidos pela Administração, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*.

11. MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA – REAJUSTAMENTO E REVISÃO

11.1 Os preços são fixos e irajustáveis durante o transcurso do prazo de 12 meses da data de apresentação da proposta, após o que a concessão de reajustamento, nos termos do inc. XXV do art. 8º da Lei Estadual nº 9.433/05, será feita mediante a aplicação do INPC/IBGE.

11.2 A revisão de preços, nos termos do inc. XXVI do art. 8º da Lei Estadual nº 9.433/05, dependerá de requerimento do interessado quando visar recompor o preço que se tornou *insuficiente*, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser instaurada pela própria administração quando colimar recompor o preço que se tornou *excessivo*.

12. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO



12.1 Competirá ao Contratante proceder ao acompanhamento da execução do contrato, na forma do art. 154 da Lei Estadual 9.433/05, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Contratante não eximirá a Contratada de total responsabilidade na execução do contrato.

12.2 O recebimento do objeto se dará segundo o disposto no art. 161 da Lei Estadual 9.433/05, sendo certo que, esgotado o prazo de vencimento do recebimento provisório sem qualquer manifestação do órgão ou entidade contratante, considerar-se-á definitivamente aceito pela Administração o objeto contratual, para todos os efeitos, salvo justificativa escrita fundamentada.

12.3 O recebimento definitivo de obras, compras ou serviços, cujo valor do objeto seja superior ao limite estabelecido para a modalidade de convite, deverá ser confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros.

13. PENALIDADES

13.1 Constituem ilícitos administrativos as condutas previstas nos arts. 184 e 185 da Lei Estadual 9.433/05, sujeitando-se o infratores às cominações legais, especialmente as definidas no art. 186 do mesmo diploma, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

13.2 A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

I - 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado;

III - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

13.2.1 A multa a que se refere este item não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.

13.2.2 A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso, sendo certo que, se o seu valor exceder ao da garantia prestada – quando exigida, além da perda desta, a contratada responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente. Acaso não tenha sido exigida garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à contratada o valor de qualquer multa porventura imposta.

13.2.3 As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

13.3 Será advertido verbalmente o licitante cuja conduta vise perturbar o bom andamento da sessão, podendo essa autoridade determinar a sua retirada do recinto, caso persista na conduta faltosa.

13.4 Serão punidos com a pena de suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração os que incorrerem nos ilícitos previstos nos incisos VI e VII do art. 184 e I, IV, VI e VII do art. 185 da Lei Estadual nº 9.433/05.

13.5 Serão punidos com a pena de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente para aplicar a punição, os que incorram nos ilícitos previstos nos incisos I a V do art. 184 e II, III e V do art. 185 da Lei Estadual nº 9.433/05.

13.6 Para a aplicação das penalidades previstas serão levados em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato.

14. RESCISÃO



14.1 A inexecução, total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas na Lei Estadual nº 9.433/05.

14.2 A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do contratante nos casos enumerados nos incisos I a XV, XX e XXI do art. 167 da Lei Estadual nº 9.433/05.

14.3 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos I e XVI a XX do art. 167 da Lei Estadual nº 9.433/05, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, na forma do § 2º do art. 168 do mesmo diploma.

15. REVOGAÇÃO – ANULAÇÃO

A licitação poderá ser revogada ou anulada nos termos do art. 122 da Lei Estadual nº 9.433/05.

16. IMPUGNAÇÕES

16.1 Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar, perante a autoridade máxima do órgão ou entidade licitante, o instrumento convocatório por irregularidade na aplicação da Lei Estadual nº 9.433/05, devendo protocolar o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes das propostas, cabendo à Administração julgar a impugnação em até 03 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade de representação ao Tribunal de Contas.

16.2 Decairá do direito de impugnar, perante a Administração, as falhas ou irregularidades do instrumento convocatório, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à data prevista para recebimento dos envelopes e início da abertura dos envelopes das propostas, hipótese em que tal impugnação não terá efeito de recurso.

16.3 A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até que seja proferida decisão final na via administrativa.

16.4 A desclassificação do licitante importa a preclusão do seu direito de participar das fases subseqüentes.

16.5 Se reconhecida a procedência das impugnações ao instrumento convocatório, a Administração procederá a sua retificação e republicação, com devolução dos prazos.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 A qualquer tempo, antes da data fixada para apresentação das propostas, poderá a comissão, se necessário, modificar este instrumento, hipótese em que deverá proceder à divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

17.2 É facultado à comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

17.3 Nos termos do §6º do art. 78 da Lei Estadual nº 9.433/05, a comissão de licitação poderá conceder, se requerido pelo licitante, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de documento comprobatório da regularidade fiscal, previdenciária ou da inexistência de processo de falência ou recuperação judicial da requerente, desde que a documentação a ser apresentada retrate situação fática ou jurídica já existente na data da apresentação da proposta.

17.4 A concessão do prazo de que trata o item anterior ficará condicionada à apresentação, pelo licitante, por intermédio do seu representante legal ou mandatário, com poderes expressos, de declaração de que se encontrava, na data da entrega da proposta, em situação regular perante as fazendas públicas, a seguridade social ou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, conforme o caso, ou que não se encontrava em processo de falência ou recuperação judicial, sendo certo que, expirado o prazo concedido pela comissão de licitação, sem que o licitante apresente o documento que se comprometeu a apresentar, além de ser inabilitado, ficará sujeito às penalidades previstas na Lei Estadual nº 9.433/05, observando-se o disposto nos artigos 187 a 191 do mesmo diploma legal.

17.5 Os erros materiais irrelevantes serão objeto de saneamento, mediante ato motivado da comissão de licitação.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – COPEL PORTARIA N.º 1331/2009 de 12 de Agosto de 2009

17.6 A teor do §11 do art. 78 da Lei Estadual nº 9.433/05, poderá a autoridade competente, até a assinatura do contrato, excluir licitante, em despacho motivado, se tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que revele inidoneidade ou falta de capacidade técnica ou financeira.

17.7 Os casos omissos serão dirimidos pela comissão, com observância da legislação em vigor.

17.8 Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Instrumento, prevalecerá o Foro da Comarca de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

18. INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS

As informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação poderão ser prestados no local e horário indicados no **item XVI do preâmbulo** e no site <http://www.uesb.br/utilitarios/licitacoes/licitacoes.asp>

Vitória da Conquista, 20 de Fevereiro de 2010.

ALLEN KRYPSTHIANO SARAIVA FIGUEIREDO

Presidente da Comissão



ANEXO I

1.1 Este Termo de Referência tem por objetivo a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Instalação de aparelhos de ar condicionado tipo split (unidade condensadora, unidade evaporadora, rede frigorígena, rede elétrica e rede de drenagem) com o eventual fornecimento de material (peças e acessórios, quando não fornecidos juntamente com o aparelho pelo Fabricante).

PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

- c) O prazo de instalação dos equipamentos deverá ser de no máximo 30 (quinze) dias.
- d) O prazo de vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias.

1.4 GARANTIA:

- d) Mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de instalação;
- e) A garantia do produto é de responsabilidade do fornecedor e/ou fabricante que forneceu os produtos, e tem validade mínima de 01 (um) ano.
- f) Durante o período de vigência da garantia do aparelho, em caso de defeito detectado pela fabricante no mesmo como sendo fruto de instalação defeituosa ou viciada, a empresa que efetuou a prestação de serviço deverá arcar com o conserto do equipamento.

1.5 TIPOS DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO E QUANTIDADE A SEREM INSTALADAS

LOTE 001 – APARELHOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 12.000 BTU/h

marca: Komeco/Elite Star Kos 12 FC

- s) Quant. a ser instalada no campus de Vitória da Conquista: 06 unidades
- t) Quant. a ser instalada no campus de Jequié: 04 unidades
- u) Quant. a ser instalada no campus de Itapetinga: 02 unidades

Quant. Total: 12 unidades

ITEM	DESCRIÇÃO – materiais e acessórios para ar condicionado tipo split 12.000 btu/h	TIPO MAT./Serv.	UF	QTD.	PRAZO EXECUÇÃO
55	Suporte para unidade evaporadora	Material consumo	Und	01	30 dias
56	Suporte para unidade condensadora	Material consumo	Und	01	30 dias
57	Kit de Parafusos com buchas para fixação dos suportes das unidades evaporadora e condensadora	Material consumo	Kit	01	30 dias
58	Tubo de cobre flexível	Material consumo	Mts	01	30 dias
59	Curva de cobre flexível (compatível com o tubo de cobre)	Material consumo	Und	01	30 dias
60	Tubo esponjoso para isolamento térmico da tubulação de cobre	Material consumo	Mts	01	30 dias



61	Fita adesiva multiuso tipo silvertape nas cores preta ou prata em rolos de 48mm x 5mts	Material consumo	Rolo	01	30 dias
62	Mangueira de dreno	Material consumo	Und	01	30 dias
63	Mão-de-Obra de instalação	Serviço	Und	01	30 dias

LOTE 002 – APARELHOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 18.000 BTU/h

marca: Komeco/Elite Star Kos 18 FC

v) Quant. a ser instalada no campus de Vitória da Conquista: 30 unidades

w) Quant. a ser instalada no campus de Jequié: -

x) Quant. a ser instalada no campus de Itapetinga: -

Quant. Total: 30 unidades

ITEM	DESCRIÇÃO – materiais e acessórios para ar condicionado tipo split 18.000 btu/h	TIPO MAT./Serv.	UF	QTD.	PRAZO EXECUÇÃO
64	Suporte para unidade evaporadora	Material consumo	Und	01	30 dias
65	Suporte para unidade condensadora	Material consumo	Und	01	30 dias
66	Kit de Parafusos com buchas para fixação dos suportes das unidades evaporadora e condensadora	Material consumo	Kit	01	30 dias
67	Tubo de cobre flexível	Material consumo	Mts	01	30 dias
68	Curva de cobre flexível (compatível com o tubo de cobre)	Material consumo	Und	01	30 dias
69	Tubo esponjoso para isolamento térmico da tubulação de cobre	Material consumo	Mts	01	30 dias
70	Fita adesiva multiuso tipo silvertape nas cores preta ou prata em rolos de 48mm x 5mts	Material consumo	Rolo	01	30 dias
71	Mangueira de dreno	Material consumo	Und	01	30 dias
72	Mão-de-Obra de instalação	Serviço	Und	01	30 dias

LOTE 003 – APARELHOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 24.000 BTU/h

marca: Electrolux PI/PE24F

y) Quant. a ser instalada no campus de Vitória da Conquista: 18 unidades

z) Quant. a ser instalada no campus de Jequié: 18 unidades

aa) Quant. a ser instalada no campus de Itapetinga: 04 unidades

Quant. Total: 40 unidades

ITEM	DESCRIÇÃO – materiais e acessórios para ar condicionado tipo split 24.000 btu/h	TIPO MAT./Serv.	UF	QTD.	PRAZO EXECUÇÃO
73	Suporte para unidade evaporadora	Material consumo	Und	01	30 dias
74	Suporte para unidade condensadora	Material consumo	Und	01	30 dias



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – COPEL PORTARIA N.º 1331/2009 de 12 de Agosto de 2009

75	Kit de Parafusos com buchas para fixação dos suportes das unidades evaporadora e condensadora	Material consumo	Kit	01	30 dias
76	Tubo de cobre flexível	Material consumo	Mts	01	30 dias
77	Curva de cobre flexível (compatível com o tubo de cobre)	Material consumo	Und	01	30 dias
78	Tubo esponjoso para isolamento térmico da tubulação de cobre	Material consumo	Mts	01	30 dias
79	Fita adesiva multiuso tipo silvertape nas cores preta ou prata em rolos de 48mm x 5mts	Material consumo	Rolo	01	30 dias
80	Mangueira de dreno	Material consumo	Und	01	30 dias
81	Mão-de-Obra de instalação	Serviço	Und	01	30 dias

LOTE 004 – APARELHOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 30.000 BTU/h

marca: Komeco/Elite Star Kos 30 FC

bb) Quant. a ser instalada no campus de Vitória da Conquista: 04 unidades

cc) Quant. a ser instalada no campus de Jequié: -

dd) Quant. a ser instalada no campus de Itapetinga: -

Quant. Total: 04 unidades

ITEM	DESCRIÇÃO – materiais e acessórios para ar condicionado tipo split 30.000 btu/h	TIPO MAT./Serv.	UF	QTD.	PRAZO EXECUÇÃO
82	Suporte para unidade evaporadora	Material consumo	Und	01	30 dias
83	Suporte para unidade condensadora	Material consumo	Und	01	30 dias
84	Kit de Parafusos com buchas para fixação dos suportes das unidades evaporadora e condensadora	Material consumo	Kit	01	30 dias
85	Tubo de cobre flexível	Material consumo	Mts	01	30 dias
86	Curva de cobre flexível (compatível com o tubo de cobre)	Material consumo	Und	01	30 dias
87	Tubo esponjoso para isolamento térmico da tubulação de cobre	Material consumo	Mts	01	30 dias
88	Fita adesiva multiuso tipo silvertape nas cores preta ou prata em rolos de 48mm x 5mts	Material consumo	Rolo	01	30 dias
89	Mangueira de dreno	Material consumo	Und	01	30 dias
90	Mão-de-Obra de instalação	Serviço	Und	01	30 dias

LOTE 005 – APARELHOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 36.000 BTU/h

marca: Eletrolux/CFI36-CFE36

ee) Quant. a ser instalada no campus de Vitória da Conquista: 02 unidades

ff) Quant. a ser instalada no campus de Jequié: 03 unidades

gg) Quant. a ser instalada no campus de Itapetinga: 01 unidade

Quant. Total: 06 unidades



ITEM	DESCRIÇÃO – materiais e acessórios para ar condicionado tipo split 36.000 btu/h	TIPO MAT./Serv.	UF	QTD.	PRAZO EXECUÇÃO
91	Suporte para unidade evaporadora	Material consumo	Und	01	30 dias
92	Suporte para unidade condensadora	Material consumo	Und	01	30 dias
93	Kit de Parafusos com buchas para fixação dos suportes das unidades evaporadora e condensadora	Material consumo	Kit	01	30 dias
94	Tubo de cobre flexível	Material consumo	Mts	01	30 dias
95	Curva de cobre flexível (compatível com o tubo de cobre)	Material consumo	Und	01	30 dias
96	Tubo esponjoso para isolamento térmico da tubulação de cobre	Material consumo	Mts	01	30 dias
97	Fita adesiva multiuso tipo silvertape nas cores preta ou prata em rolos de 48mm x 5mts	Material consumo	Rolo	01	30 dias
98	Mangueira de dreno	Material consumo	Und	01	30 dias
99	Mão-de-Obra de instalação	Serviço	Und	01	30 dias

LOTE 006 – APARELHOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 48.000 BTU/h

marca: Komeco/Elite Star Kos48 FCUE2

hh) Quant. a ser instalada no campus de Vitória da Conquista: 16 unidades

ii) Quant. a ser instalada no campus de Jequié: -

jj) Quant. a ser instalada no campus de Itapetinga: -

Quant. Total: 16 unidades

ITEM	DESCRIÇÃO – materiais e acessórios para ar condicionado tipo split 48.000 btu/h	TIPO MAT./Serv.	UF	QTD.	PRAZO EXECUÇÃO
100	Suporte para unidade evaporadora	Material consumo	Und	01	30 dias
101	Suporte para unidade condensadora	Material consumo	Und	01	30 dias
102	Kit de Parafusos com buchas para fixação dos suportes das unidades evaporadora e condensadora	Material consumo	Kit	01	30 dias
103	Tubo de cobre flexível	Material consumo	Mts	01	30 dias
104	Curva de cobre flexível (compatível com o tubo de cobre)	Material consumo	Und	01	30 dias
105	Tubo esponjoso para isolamento térmico da tubulação de cobre	Material consumo	Mts	01	30 dias
106	Fita adesiva multiuso tipo silvertape nas cores preta ou prata em rolos de 48mm x 5mts	Material consumo	Rolo	01	30 dias
107	Mangueira de dreno	Material consumo	Und	01	30 dias
108	Mão-de-Obra de instalação	Serviço	Und	01	30 dias

1.4 FORNECIMENTO DE MATERIAL (ACESSÓRIOS, SUPORTE, TUBULAÇÕES, ETC)



- f. O fornecimento dos materiais necessários à perfeita instalação dos equipamentos, somente serão realizados quando necessários e após autorização das Prefeituras de Campus, responsáveis pela fiscalização e acompanhamento da execução dos serviços.
- g. Em razão da variação, entre os Fabricantes, dos acessórios que acompanham o produto, os Licitantes deverão cotar o valor unitário de cada item necessário à instalação dos equipamentos. Todavia, somente serão fornecidos pela CONTRATADA os materiais necessários à instalação e que não foram fornecidos juntamente com o aparelho.
- h. Quando da instalação dos equipamentos as Prefeituras de Campi irão definir, juntamente com a CONTRATADA, quais acessórios e quantidades que serão fornecidos para instalação de cada aparelho.

1.5 RELATÓRIO DE INSTALAÇÃO

- b. A CONTRATADA deverá emitir relatório final detalhando os serviços prestados e os materiais fornecidos por cada aparelho, com o aceite e atesto das Prefeituras de Campus.

1.7 OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

- a. Possuir e utilizar ferramental, instrumental, bancadas e equipamentos apropriados para execução dos serviços;
- b. Possuir pessoal treinado e habilitado para a execução dos serviços;
- c. Executar os serviços dentro das normas estabelecidas pelos Fabricantes dos Equipamentos, visando assegurar a garantia dos produtos;
- i. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Universidade (equipamentos, instalações, etc.) por seus funcionários, desde que comprovada sua responsabilidade durante a execução dos serviços.

Atender e repassar, tempestivamente, através de seu preposto/responsável técnico e/ou administrativos, a comunicação das solicitações da Universidade.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – COPEL PORTARIA N.º 1331/2009 de 12 de Agosto de 2009

ANEXO II

MODELO DE PROCURAÇÃO PARA A PRÁTICA DE ATOS CONCERNENTES AO CERTAME

Modalidade de Licitação	Número
-------------------------	--------

Através do presente instrumento, nomeamos e constituímos o (a) Senhor(a),
(nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº, expedido pela,
devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº, residente à rua
....., nº como nosso mandatário, a quem outorgamos amplos poderes para praticar
todos os atos relativos ao procedimento licitatório indicado acima, conferindo-lhe poderes para:

(apresentar proposta de preços, interpor recursos e desistir deles, contra-arrazoar, assinar contratos, negociar preços e
demais condições, confessar, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos
pertinentes ao certame etc).

Vitória da Conquista, ____ de _____ de 200__.

RAZÃO SOCIAL / CNPJ / NOME DO REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – COPEL PORTARIA N.º 1331/2009 de 12 de Agosto de 2009

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR

Modalidade de Licitação	Número
-------------------------	--------

Declaramos, sob as penas da lei, em atendimento ao quanto previsto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para os fins do disposto no inciso V do art. 98 da Lei Estadual 9.433/05, que não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre,

- () nem menor de 16 anos.
- () nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Vitória da Conquista, ____ de _____ de 200__.

RAZÃO SOCIAL / CNPJ / NOME DO REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DA BAHIA, ATRAVÉS DA UESB E A EMPRESA.....

A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB, Autarquia Estadual vinculada à Secretaria da Educação do Estado da Bahia, instituída pela Lei Delegada n.º 12, de 30 de dezembro de 1980, autorizada pelo Decreto Federal n.º 94.250, de 22 de abril de 1987, reestruturada pela Lei 7.176, de 10 de setembro de 1997, e credenciada através do Decreto Estadual n.º 7.344, de 27 de maio de 1998, com sede e foro no KM 04 da Estrada do Bem Querer, no município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 13.069.489/0001-08, adiante denominada **CONTRATANTE**, representada pelo seu Reitor, Prof. Dr. Abel Rebouças São José, brasileiro, casado, residente na cidade de Vitória de Conquista, portador da Carteira de Identidade RG n.º 1173759182, expedida pela SSP/BA, e inscrito no CPF/MF sob n.º 687.997.058-34, e a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob n.º _____, Inscrição Municipal n.º _____, situada à _____, adjudicatária vencedora do processo licitatório, modalidade Convite n.º _____, Processo Administrativo n.º _____, doravante denominada apenas **CONTRATADA**, neste ato representada, na forma do seu Contrato Social, pelo Sr(s). _____, residente na _____, portador(es) da(s) Carteira de Identidade n.º _____, emitido(s) por _____, , celebram o presente Contrato, que se regerá pela Lei Estadual n.º 9.433/05, mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a Prestação de Serviços de _____, de acordo com as especificações e obrigações constantes do Instrumento Convocatório, condições previstas neste contrato e na Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA.

§1º A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, na forma dos §1º e 2º do art. 143 da Lei Estadual n.º 9.433/05.

§2º As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

§3º É vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA, não se responsabilizando o CONTRATANTE por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO

O Objeto da licitação deverá entrar em vigência imediata à assinatura deste instrumento

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o preço de (especificar)

§1º - Estima-se para o contrato o valor de R\$

§2º - Nos preços contratados estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da CONTRATADA, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela CONTRATADA das obrigações.



CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

UNIDADE GESTORA	FONTE	PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA
11.620	14	2000	33.90.39 / 33.90.30

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

Em consonância com o §5º do art. 6º, combinado com a letra "a" do inc. XI do art. 79 da Lei 9.433/05, os pagamentos devidos à CONTRATADA serão efetuados através de ordem bancária ou crédito em conta corrente, no prazo não superior a 08 (oito) dias, contados da data de verificação do adimplemento de cada parcela, o que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias.

§1º As situações a que alude o art. 228-B do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto Estadual nº 6.284/97, sujeitar-se-ão, nas hipóteses previstas, à emissão de nota fiscal eletrônica.

§2º Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, o prazo fluirá a partir de sua regularização por parte da CONTRATADA.

§3º A atualização monetária dos pagamentos devidos pela Administração, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*.

§4º Em conformidade com o inc. II do art. 82 da Lei nº 9.433/05, nas compras para entrega imediata, assim entendidas aquelas com prazo de entrega até quinze dias contados da data da celebração do ajuste, será dispensada a atualização financeira correspondente ao período compreendido entre as datas do adimplemento e a prevista para o pagamento, desde que não superior a quinze dias.

CLÁUSULA SEXTA - MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA – REAJUSTAMENTO E REVISÃO

Os preços são fixos e irremovíveis durante o transcurso do prazo de 12 meses da data de apresentação da proposta, após o que a concessão de reajustamento, nos termos do inc. XXV do art. 8º da Lei Estadual nº 9.433/05, será feita mediante a aplicação do INPC/IBGE.

Parágrafo Único - A revisão de preços, nos termos do inc. XXVI do art. 8º da Lei Estadual nº 9.433/05, dependerá de requerimento do interessado quando visar recompor o preço que se tornou *insuficiente*, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser instaurada pela própria administração quando colimar recompor o preço que se tornou *excessivo*.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA**, além das determinações contidas na **PARTE B – DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS** do instrumento convocatório, que aqui se consideram literalmente transcritas, bem como daquelas decorrentes de lei, obriga-se a:

- Prestar os serviços de acordo com as especificações técnicas constantes no instrumento convocatório e no presente contrato, nos locais determinados, nos dias e horários estabelecidos no Anexo I;
- zelar pela boa e completa execução do contrato e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente às observações e exigências que lhe forem solicitadas;
- comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade que interfira no bom andamento do contrato;



- d) arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao CONTRATANTE e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento contratado, exceto quando isto ocorrer por exigência do CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;
- e) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução do contrato;
- g) efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente contrato, bem como observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas ao objeto do contrato;
- h) adimplir os fornecimentos exigidos pelo instrumento convocatório e pelos quais se obriga, visando à perfeita execução deste contrato;
- i) executar, quando for o caso, a montagem dos equipamentos, de acordo com as especificações e/ou norma exigida, utilizando ferramentas apropriadas e dispondo de infra-estrutura e equipe técnica necessária à sua execução;
- j) trocar, às suas expensas, o bem que vier a ser recusado;
- k) oferecer garantia e assistência técnica aos bens objeto deste contrato, através de rede autorizada do fabricante, identificando-a;
- l) manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e mão-de-obra para execução completa e eficiente do transporte e montagem dos bens;
- m) emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos bens, indicação de sua quantidade, preço unitário e valor total.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

- a) fornecer ao contratado os elementos indispensáveis ao cumprimento do contrato, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias da assinatura;
- b) realizar o pagamento pela execução do contrato;
- c) proceder à publicação resumida do instrumento de contrato e de seus aditamentos na imprensa oficial no prazo legal.

CLÁUSULA NONA - FORMA DE EXECUÇÃO DO SERVIÇOS

A forma de fornecimento do presente contrato será PARCELADA

CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO

Competirá ao **CONTRATANTE** proceder ao acompanhamento da execução do contrato, na forma do art. 154 da Lei Estadual 9.433/05, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do **CONTRATANTE** não eximirá à **CONTRATADA** de total responsabilidade na execução do contrato.

§1º. O recebimento do objeto se dará segundo o disposto no art. 161 da Lei Estadual 9.433/05, sendo certo que, esgotado o prazo de vencimento do recebimento provisório sem qualquer manifestação do órgão ou entidade **CONTRATANTE**, considerar-se-á definitivamente aceito pela Administração o objeto contratual, para todos os efeitos, salvo justificativa escrita fundamentada.

§2º O recebimento definitivo de obras, compras ou serviços, cujo valor do objeto seja superior ao limite estabelecido para a modalidade de convite, deverá ser confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros.

§3º Nos casos de aquisição de equipamentos de grande vulto, o recebimento far-se-á mediante termo circunstanciado e, nos demais, mediante recibo.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES

Sem prejuízo da caracterização dos ilícitos administrativos previstos no art. 185 da Lei Estadual 9.433/05, com as cominações inerentes, a inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

I - 10% (dez por cento) sobre o valor deste contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, ou ainda na hipótese de negar-se a CONTRATADA a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado;

III - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

§º1. A multa a que se refere este item não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.

§º2. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso, sendo certo que, se o seu valor exceder ao da garantia prestada - quando exigida, além da perda desta, a CONTRATADA responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente. Acaso não tenha sido exigida garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à CONTRATADA o valor de qualquer multa porventura imposta.

§º3. As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá o Contratado da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO

A inexecução, total ou parcial, do contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei Estadual nº 9.433/05.

§º1. A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XV, XX e XXI do art. 167 da Lei Estadual nº 9.433/05.

§º2. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos I e XVI a XX do art. 167 da Lei Estadual nº 9.433/05, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, na forma do § 2º do art. 168 do mesmo diploma.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Integra o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no processo licitatório referido no preâmbulo deste instrumento, no convocatório e seus anexos e na proposta do licitante vencedor, apresentada na referida licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – COPEL PORTARIA N.º 1331/2009 de 12 de Agosto de 2009

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

VITÓRIA DA CONQUISTA, ____ de _____ de 2010.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas

Testemunhas



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ENQUADRAMENTO

Modalidade de Licitação	Número
-------------------------	--------

Em cumprimento ao Instrumento Convocatório acima identificado, declaramos, para os fins da parte final do inciso IV do art. 101 da Lei Estadual nº 9.433/05, termos conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, e ainda:

Para os fins do tratamento diferenciado e favorecido de que cogita a Lei Complementar nº 123/06, declaramos:

- () Que não possuímos a condição de microempresa, nem a de empresa de pequeno porte.
- () Que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública, na condição **de microempresa** e que **não estamos incursos nas vedações a que se reporta o §4º do art. 3º da Lei complementar nº 123/06.**
- () Que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública, na condição **de empresa de pequeno porte** e que **não estamos incursos nas vedações a que se reporta o §4º do art. 3º da Lei complementar nº 123/06.**

No que concerne ao conhecimento e atendimento às exigências de habilitação, declaramos:

- () o **pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação**, cientes das sanções factíveis de serem aplicadas a teor do art. 186 do mesmo diploma.
- () para os efeitos do §1º do art. 43 da Lei complementar nº 123/06, **haver restrição na comprovação da nossa regularidade fiscal**, a cuja regularização procederemos no prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da declaração do vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, cientes de que a não-regularização da documentação, no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Estadual nº 9.433/05, especialmente a definida no art. 192, inc. I.

Vitória da Conquista ____ de _____ de 200__.

RAZÃO SOCIAL / CNPJ / NOME DO REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA